

Informação à Imprensa

A água é um bem essencial mas não tem de ser gratuito

Estrasburgo, 08-09-2015

www.carloscoelho.eu

O Parlamento Europeu aprovou hoje o Relatório da Deputada Boylan no seguimento da Iniciativa de Cidadania Europeia "*Right2Water*".

O Deputado **Carlos Coelho** afirmou que **não lhe seria possível votar contra este Relatório** porque partilha muitos pontos de vista:

*"Concordo que **todas as pessoas devem poder ter acesso à água em condições de qualidade e quantidade (bem como ao saneamento básico; sublinho que na União Europeia mais de um milhão não tem acesso regular a água potável e que se estima em 10 milhões os cidadãos sem acesso a saneamento; concordo que a Política da água esteja contemplada na Política Agrícola Comum e apoio a implementação efectiva da Directiva-Quadro da Água, da Directiva da Água Potável e da Directiva das Águas Residuais Urbanas)**".*

Por todas estas razões estava excluído o voto contrário a este Relatório.

No entanto **o Relatório vai mais longe e diaboliza a participação de empresas privadas** e insiste na oferta pública e se possível, **gratuita**, da água aos cidadãos.

Carlos Coelho afirmou a este título:

"O direito à água não pode significar que os serviços de água devam ser de graça. As tarifas devem cobrir o recurso e os custos operacionais do serviço mas devem permitir também que as empresas invistam em infra-estruturas, melhorando o serviço prestado aos cidadãos"

e acrescentou:

*"Embora a água seja um bem público, a escolha de como gerir os serviços de água está sujeita ao princípio da subsidiariedade e é **competência de autoridades nacionais e locais**, o que reflecte a diversidade das tradições e dos modelos europeus. Em Portugal, por exemplo, a **propriedade é sempre pública mas o Estado através da concessão garante por lei o serviço público**. Os privados devem poder exercer a sua actividade acautelada a existência de um **regulador forte que controle a qualidade e o respeito pelo contratualizado**".*

Carlos Coelho, é Deputado ao Parlamento Europeu, membro efectivo da Comissão do Mercado Interno e Protecção dos Consumidores (IMCO) e membro suplente da Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos (LIBE)

Informação à Imprensa

A inclinação do Relatório por um **modelo que contraria o que é prática em Portugal** impede, assim, o voto favorável, pelo que **Carlos Coelho se absteve na votação final** depois de não ter sido possível na especialidade expurgar os pontos mais colectivistas do Relatório.

O social-democrata terminou a felicitar a primeira iniciativa de cidadania europeia bem-sucedida que constitui um mecanismo democrático único de grande potencial para colmatar o défice democrático entre a sociedade civil e o poder legislativo.

Carlos Coelho, é Deputado ao Parlamento Europeu, membro efectivo da Comissão do Mercado Interno e Protecção dos Consumidores (IMCO) e membro suplente da Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos (LIBE)